



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010083-53.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos**
Requerente: **Tiago Donizetti Chiari**
Requerido: **Iraci Felizardo de Oliveira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido imóvel da ré, mas veio a saber que ela deixou dívidas relativas a períodos anteriores a tal negócio oriundas do consumo de água e energia elétrica.

Almeja à sua condenação ao pagamento dessas dívidas.

Conquanto a contestação ofertada pela ré não tenha observado o prazo previsto a fl. 79, é certo de um lado que isso se deu por curto espaço de tempo (o protocolo implementou-se no dia 10/11/2016, às 00h:01min:24seg, quando deveria ter lugar até as 23h:59min do dia 09/11/2016) e, de outro, que na ocasião havia situação peculiar patenteada a fls. 41/42.

Assim, tomo como viável a análise da mesma, ainda que excepcionalmente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, é incontroverso que as partes em 28 de março de 2012 celebraram contrato particular de cessão e transferência de direitos e obrigações relativo a determinado imóvel (fls. 04/06).

É incontroverso também que antes disso havia dívidas decorrentes do consumo de água e energia elétrica levado a efeito nesse imóvel (fls. 08/14).

Quanto às primeiras, a ré salientou que estão em trâmite perante o r. Juízo da Vara da Fazenda Pública local duas execuções fiscais ajuizadas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos em que precisamente as faturas aqui trazidas à colação são o objeto dos feitos.

Os documentos que instruíram a contestação respaldam a alegação, de resto reconhecida pelo próprio autor em réplica (fl. 81, item 3).

O quadro delineado denota que a pretensão deduzida não merece acolhimento no particular.

Isso porque já estando o crédito em regular execução pelo seu titular, descabe a condenação da ré a pagar ao autor o mesmo valor, até porque isso por si só não representaria o fim da dívida.

Em consequência, o pleito a propósito não vinga, mas reputo ausente o elemento subjetivo indispensável à configuração da litigância de má-fé por parte do autor ou à aplicação ao caso da regra do art. 1.531 do Código Civil.

Outra é a alternativa para as demais importâncias referidas pelo autor.

Ele demonstrou a fl. 14 que promoveu a quitação das faturas que estavam em aberto a esse título e que eram de responsabilidade da ré, fazendo jus, portanto, ao reembolso do que despendeu.

A condenação da ré será de R\$ 286,93, com correção monetária desde outubro de 2012 (época do pagamento feito pelo autor, como se vê a fl. 14).

Registro, por oportuno, que a forma de pagamento dessa soma poderá até implementar-se como propugnado na peça de resistência, desde que as partes se ajustem nessa direção.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 286,93, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2012, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 07 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**